

Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>

Fenomenologia da percepção: fundamentos teóricos e cenários de investigação

Phenomenology of perception: theoretical foundations and research scenarios

Fenomenología de la percepción: fundamentos teóricos y escenarios de investigación

Danilo Saretta Verissimo¹

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Câmpus de Assis. Email: danilo.verissimo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7981-3877>

RESUMO

Tratamos, no presente artigo, de fundamentos teóricos da fenomenologia da percepção, bem como de alguns dos seus desdobramentos temáticos, principalmente os dirigidos ao que chamamos de ética da percepção. Entre os pontos discutidos no texto, destacam-se: a análise, a partir da descrição fenomenológica da percepção, do perspectivismo perceptual, que mantém preservada a transcendência do percebido; o exame dos sistemas de referência envolvidos na experiência perceptiva; a conscientização do papel do corpo no campo fenomenal, com o reconhecimento da imbricação entre percepção e movimento, e da dimensão plástica da experiência sensível e; o caráter social da percepção. Tais elementos permitem que se investigue a relação entre a vida sensível e a instituição de novas dimensões de existência, eixo para a problematização de um *ethos* da percepção.

PALAVRAS-CHAVE:

Fenomenologia, Percepção, Atenção, Corpo, Ética.

ABSTRACT

In this text, we deal with theoretical foundations of the phenomenology of perception, as well as some of its thematic developments, mainly those directed to what we call ethics of perception. Among the points discussed in the text, the following stand out: the analysis, based on the phenomenological description of perception, of perceptual perspectivism, which preserves the transcendence of the perceived; the examination of the reference systems involved in the perceptual experience; the awareness of the role of the body in the phenomenal field, with the recognition of the overlap between perception and movement, and the plastic dimension of the sensitive experience; and the social character of perception. Such elements allow us to investigate the relationship between sensitive life and the institution of new dimensions of existence, an axis for problematizing an *ethos* of perception.

KEYWORDS:

Phenomenology, Perception, Attention, Body, Ethics.

RESUMEN

En este texto, trataremos los fundamentos teóricos de la fenomenología de la percepción, así como algunos de sus desarrollos temáticos, principalmente aquellos dirigidos a lo que llamamos la ética de la percepción. Entre los puntos discutidos en el texto, se destacan los siguientes: el análisis, basado en la descripción fenomenológica de la percepción, del perspectivismo perceptual, que preserva la trascendencia de lo percibido; el examen de los sistemas de referencia involucrados en la experiencia perceptiva; la concientización del papel del cuerpo en el campo fenomenal, con el reconocimiento de la conexión entre percepción y movimiento, y la dimensión plástica de la experiencia sensible; y el carácter social de la percepción. Dichos elementos nos permiten investigar la relación entre la vida sensible y la institución de nuevas dimensiones de la existencia, un eje para problematizar un *ethos* de la percepción.

PALABRAS-CLAVE:

Fenomenología, Percepción, Atención, Cuerpo, Ética.

Informações do Artigo:

Danilo Saretta Verissimo
danilo.verissimo@gmail.com

Recebido em: 17/02/2020

Aceito em: 04/04/2020

No âmbito da filosofia fenomenológica, emerge uma concepção praxiológica da percepção, concernente à percepção como prática, que permite a investigação da diacriticidade entre o visível e o invisível, entre a figura e o fundo, além do estabelecimento da concentricidade entre a percepção espacial, a percepção do corpo próprio e a percepção social. São corroborados, neste domínio de estudos, os vínculos entre percepção e movimento, o que reforça o entendimento da percepção como exploração perceptiva, como interrogação e como abertura à alteridade, e favorece, inclusive, o delineamento de um campo de investigações relativo ao que se pode chamar de ética da percepção. Buscamos, no presente artigo, expor, ainda que de modo panorâmico, alguns dos fundamentos teóricos da fenomenologia da percepção, bem como alguns dos seus desdobramentos temáticos, principalmente os referentes a um *ethos* da percepção.

O valor paradigmático da percepção

À percepção, é concedido um valor paradigmático na fenomenologia. Edmund Husserl, que inaugura a tradição fenomenológica, tem como propósito filosófico maior estabelecer a consciência como região originária em relação a qualquer outra região do ser, principalmente em referência ao mundo natural instituído pela ciência. A consciência, todavia, é definida por Husserl, bem como por seus continuadores, pela intencionalidade. O estudo da sua estrutura revela um contínuo “dirigir-se para”, de modo que tudo aquilo que é visado pela consciência – ou por quaisquer “posturas comportamentais”, como preferem os autores que, a exemplo de Heidegger (1975/2012), pretendem elidir a consciência como categoria filosófica central – é abarcado como momento essencial da própria estrutura intencional. Isso quer dizer que, na fenomenologia, o sentido de ser da subjetividade está atrelado aos objetos intencionais, ou seja, a tudo aquilo a que ela se volta, seja no campo das ideias, da imaginação, da rememoração ou da percepção, por exemplo. Tem-se, portanto, na fenomenologia, o assentamento, não de uma relação contingente entre sujeito e objeto, mas de uma “relação essencial e universal” (Barbaras, 2009, p. 44) entre o sujeito de qualquer aparição e aquilo que aparece. Em Husserl e em vários dos seus sucessores, a percepção sempre encontrou lugar privilegiado na investigação da correlação intencional. Para Husserl (1989), o sentido originário de qualquer experiência remete à vinculação com um objeto experimentado, e a percepção desponta como camada primordial em relação a qualquer forma de ligação com as coisas. Na percepção, ocorre a doação do “ser-dado-em-pessoa [*Selbstgebensein*]” (Husserl, 1989, p. 175).

Percepção e *epoché*

Uma maneira de nos referirmos ao estudo da percepção no plano da intencionalidade envolve dizer que o fenomenólogo deseja interrogar a vivência perceptiva, quer dizer, a dimensão da experiência de perceber em que não se opera uma separação epistemológica entre o eu e o objeto, embora um e outro tenham distintas naturezas ontológicas no âmbito fenomenológico. Em termos negativos, isso implica a suspensão do que se pode chamar de representacionalismo, tanto em suas versões empiristas quanto nas variantes intelectualistas. As teses representacionistas, grosso modo, fundamentam-se no estudo de eventos psicológicos e fisiológicos e, noutros casos, lógicos e intelectuais, que resultariam em nossas representações

conscientes do mundo. Neste domínio, a percepção é concebida como o processo pelo qual se opera a interpretação, neuronal, psicológica ou lógica, das sensações com a finalidade de extrair informações sobre o ambiente (Collins & Wyart, 2018; Hatfield, 2012). Instala-se, de um modo ou de outro, uma distância entre a consciência e aquilo do que ela é consciente, ao mesmo tempo em que a representação mental é concebida ora como produto de ocorrências naturais ora como ideia de mundo – ou mundo em ideia – confundindo-se o plano da imanência e os transcendentos. A fenomenologia da percepção dispensa esta posição objetiva, que culmina, contudo, em subjetivismos². Interessa à fenomenologia, indagar a percepção na perspectiva em que cada fase da duração de um objeto tenha correspondência imediata a uma fase de percepção (Husserl, 1928/2002a). Vejo um livro, ouço o canto de um pássaro, sinto uma dor; nada, na atualidade destas percepções, exige que nos instalemos no registro da separação, da contiguidade ou da sucessão entre o objeto percebido e o eu (Weizsäcker, 1939/1962).

A descrição da percepção

A partir da posição epistêmica da fenomenologia, que rompe com a tese natural do mundo, cumpre realizar a descrição do campo perceptivo e investigar as suas implicações para a compreensão do sujeito da experiência. O momento descritivo demanda a adoção de uma forma peculiar de atitude reflexiva, um modo de “reflexão sobre o irrefletido” (Merleau-Ponty, 1945, p. IV), que constitui “uma mudança de estrutura da consciência” (Merleau-Ponty, 1945, p. IV), e cujo propósito é conceder atenção a aspectos da experiência que passam despercebidos na vivência ordinária, sempre devotada às coisas e às tarefas que acumulamos no mundo social. Sem recair nos artifícios da atitude natural, ocupada em explicar os processos objetivos ou subjetivos da percepção, trata-se de colocar em prática uma sensibilidade dedicada a explorar a irradiação perceptiva das coisas, uma forma de atenção que, partindo da descrição das coisas que percebemos, dirija-se, igualmente, ao *como* do seu aparecer e propague-se a indagações acerca do sujeito das aparições perceptivas (Patočka, 1995). Embora o nosso funcionamento como sujeitos de atividade intencional não cesse jamais, somos capazes de nos ocupar de nós mesmos de forma temático-objetiva e de examinar, no caso da

² Merleau-Ponty (1945), desde a atitude fenomenológica, afirma: “O mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável” (p. XI-XII).

percepção, o nosso modo de consciência perceptiva, com o objetivo de reencontrar a experiência irrefletida do mundo. Tem-se, neste exercício, um gênero de conversão a si que, segundo Husserl (1954/2004), depende do reconhecimento do movimento intencional sedimentado sob as tradições de pensamento objetivista e que constitui, de acordo com o filósofo, um “reino do subjetivo” (p. 128) jamais examinado.

Logo sobressai, na descrição fenomenológica da percepção, o fato de que os objetos percebidos, que vemos, ouvimos, tocamos, sentimos e degustamos, são visados como unidades, malgrado sua doação “em uma multiplicidade variável e multiforme de aspectos (modos de apresentação)” (Husserl, 1913/2001a, p. 75). Tudo que se apresenta “em sua realidade corporal” (Husserl, 1913/2001a, p.78), ou “em carne e osso”, mostra-se mediante infindáveis variações. Deparo-me com a minha mesa de trabalho sob diferentes condições de iluminação e desde distâncias e orientações espaciais distintas ao longo do dia. Tudo isso influencia em fatores sensíveis tais como a cor, a grandeza e a forma da mesa, sem empobrecer, contudo, minha consciência relativa a uma única e mesma mesa. O objeto aparece, portanto, em meio a um complexo sistema de esboços, ou perfis, *Abschattungen*, no alemão, que possuem ligação com as posições do nosso corpo, com o uso variável dos nossos sentidos, além do eventual movimento do próprio objeto percebido e das alterações ambientais (Husserl, 1989). Imaginemos que um pintor se interessasse em retratar a referida mesa. Ele teria que escolher um ângulo de visão, abandonando outros, além de utilizar diferentes tons de amarelo, de marrom e de cinza com o intuito de representar as partes iluminadas e sombreadas do móvel. Tais detalhes, ou determinações dos objetos percebidos, relativos às nossas atitudes motoras e às alterações aparentes do ambiente, não são, na maior parte do tempo, levados em conta. Ou passam despercebidos ou são tão somente entrevistos, sentidos, sem serem percebidos propriamente. Sacrificamos ou reprimimos, estes elementos, configurando o rendimento negativo da percepção, sem o que dificilmente seríamos capazes de orientação no mundo (Weizsäcker, 1939/1962). Nota-se, pois, que, em certa medida, negar atenção a detalhes da cena percebida figura como condição da percepção. A atitude reflexiva, do artista ou do estudioso da percepção, retira esses necessários descuidos da “periferia da atenção” (Weizsäcker, 1939/1962, p. 79).

Outro modo de nos referirmos à unidade da coisa percebida em seu “ser-outro contínuo” (Husserl, 1989, p. 90) implica notar que as coisas jamais são percebidas numa condição de exposição integral. Tudo

aquilo que percebemos se estende além dos perfis apresentados, de modo que cada fase da exposição de algo carrega uma “incompletude radical” (Husserl, 1989, p. 75), dado que há sempre mais para ver ou tocar, e que há sempre outras condições possíveis para a percepção de um mesmo perfil da coisa percebida. A despeito disso, não abandonamos o estado de síntese contínua, ou seja, de conjugação do visto e do não visto. Tal composição, é conveniente anotar, sobrevém no tempo; trata-se, segundo Husserl (1913/2001a), de uma síntese temporal, e não mental, operada no transcorrer contínuo dos vividos de percepção. Embora o percebido jamais tenha fim, não fazemos a experiência de vazios perceptivos, mas de fluxos de continuidade ilimitados, “possibilidades abertas” (Husserl, 1989, p. 170) que contam desde já na vivência perceptiva. Não que as partes não expostas das coisas sejam apresentadas de modo indireto, como se o perfil percebido figurasse como um signo a designar outra coisa, que corresponderia às faces não percebidas, ou ao objeto inteiro. O que se têm, ao contrário, é que, na percepção, a transcendência do percebido resta preservada. O objeto percebido se manifesta mediante aspectos parciais, constatação análoga à de que os perfis de apresentação se esvaem em prol do objeto do qual figuram como manifestação. Barbaras (2009) resume esta condição ao afirmar: “o objeto se apresenta, mas sempre como *outro em relação àquilo que o apresenta*” (p. 59, grifo do autor). Constata-se o quanto a análise da vivacidade temporal da percepção se alia à sua dimensão espacial.

Frisamos, até aqui, traços da descrição da percepção centrados no que os fenomenólogos chamam de horizonte interno da coisa percebida, quer dizer, a existência contínua de possibilidades de exposição do próprio objeto da percepção. Mas todo objeto faz parte de um campo mais amplo, denominado horizonte externo. Tudo aquilo capaz de adquirir um aspecto figural, que é passível de se tornar tema perceptivo, manifesta-se no interior de um contexto perceptivo, repleto de fenômenos com os quais possui relações de sentido mais ou menos consistentes. Por meio de uma atividade constante, estamos sempre a destacar uma parte do todo, num jogo que, no limite, comporta infinitas variações, mas que revela a estrutura objeto-horizonte – ou figura-fundo, conforme o jargão dos psicólogos gestaltistas – como fundamento da organização do campo fenomenal. Merleau-Ponty (1945), referindo-se aos achados dos gestaltistas – praticantes de uma fenomenologia experimental –, afirma que “uma figura sobre um fundo é o dado sensível mais simples que

podemos obter” (p. 10)³. Tem-se aqui, conforme o filósofo, a definição do fenômeno perceptivo. Julgamos apropriado citar uma passagem do livro *Fenomenologia da percepção* em que o assunto recebe uma expressão bastante precisa. Merleau-Ponty (1945) escreve:

Ver um objeto é ou possuí-lo à margem do campo visual e poder fixá-lo, ou então responder efetivamente a esta solicitação, fixando-o. Quando eu o fixo, anoro-me nele, mas esta “parada” do olhar é apenas uma modalidade do seu movimento: continuo no interior do objeto a exploração que, há pouco, sobrevoava-os a todos, em um só movimento fecho a paisagem e abro o objeto. As duas operações não coincidem por acaso: não são as contingências da minha organização corporal, por exemplo, a estrutura da minha retina, que me obrigam a ver a circunvizinhança obscuramente se quero ver claramente o objeto. Mesmo se eu nada soubesse de cones e bastonetes, conceberia que *é necessário adormecer a circunvizinhança para ver melhor o objeto, e perder em fundo aquilo que se ganha em figura*, porque olhar o objeto é entranhar-se nele, e que os objetos formam um sistema em que um não pode se mostrar sem esconder outros. Mais precisamente, o horizonte interior de um objeto não pode se tornar objeto sem que os objetos circundantes tornem-se horizonte e a visão é um ato de duas faces (p. 81-82, grifos nossos).

Salienta-se, nestas colocações, a dinâmica da percepção em que a manifestação e o encobrimento se mostram como momentos da experiência perceptiva dependentes um do outro. Cumpre indicar, todavia, que o fundo perceptivo, dimensão adormecida do campo fenomenal, não é apenas aquilo que pode se tornar figura, como em lances de inversão semelhantes ao que se dá no caso das figuras ambíguas estudadas pelos gestaltistas. Há elementos contextuais cujo papel preponderante é o de nível perceptivo, ou seja, o de regulador das figurabilidades, e que, usualmente, não são objetos de percepção, tal como a iluminação, os parâmetros espaciais de horizontalidade e de verticalidade, as tonalidades musicais, a moda etc. (Koffka, 1922, 1935/1975; Merleau-Ponty, 1945, 2011). Tocamos num ponto fundamental para a caracterização de um

³ Sobre a consideração dos estudos da psicologia da *Gestalt* como exercício de fenomenologia experimental, conferir Colonna (2014).

campo de discussões relativo a um *ethos* da percepção. A atenção fenomenológica permite a tematização do conjunto expressivo, quer dizer, dos vínculos da figura em relação ao fundo, e alcança a tarefa de questionar os diferentes níveis operantes nas cenas perceptivas. As cenas percebidas são compostas na relação situada do percipiente com os horizontes de mundo. As coisas não podem se manifestar senão em determinadas condições relativas à posição do sujeito perceptivo no espaço natural e social, e no tempo histórico. Desta feita, convém assinalar que a manifestação perceptiva é circundada por um conjunto de possibilidades estruturais. Por mais que a exploração perceptiva seja exaustiva, não abandonamos o campo do possível, regido pelos elementos situacionais do encontro dinâmico entre o sujeito da percepção e o mundo. É legítimo, face a estas considerações, avançar no sentido de se admitir uma operatividade da percepção, o fato de que, na relação intencional, o mundo se manifesta em meio ao trabalho perceptivo, que, se não constitui o mundo, como nas filosofias idealistas, participa na composição de relevos perceptivos. Há de se reconhecer, por conseguinte, a percepção como um esquema dinâmico, passível de atualização, embora jamais sob efeitos bruscos, em que se tecem marcas no todo, em que se configuram territórios, sem que tenhamos o conhecimento explícito do seu ordenamento (Gennart, 2011). Tal entendimento, contudo, pode, furtivamente, conduzir ao privilégio do polo subjetivo na investigação da relação intencional. Merleau-Ponty (1945) não deixa de frisar o quanto a relação entre figura e fundo, principalmente entre os objetos percebidos e os sistemas de referência que participam da sua manifestação, deve-se a um “pacto” (p. 289), que torna possível, ao mesmo tempo, a fruição do espaço por parte do sujeito e uma “potência direta” (p. 289) das coisas sobre o corpo. Para falar em operatividade da percepção, é, pois, necessário reconhecer a sua efetuação, não no sujeito ou no espaço, mas na confluência, na interseção dessas instâncias, campo em que se instalam as possibilidades perceptivas, em que se instituem um “solo perceptivo, um fundo da minha vida, um meio geral para a coexistência do meu corpo e do mundo” (Merleau-Ponty, 1945, p. 290).

Muitas pesquisas e autores, em psicologia e em sociologia, podem ser indicados, em consonância com a fenomenologia, como exemplos de preocupação com a operatividade da percepção, inclusive com inclinações ao subjetivismo, conforme alertávamos há pouco. Os esquemas mentais de Piaget (1964), na interligação dos processos de assimilação e de acomodação ao mundo exterior a dialética entre percepções

internas e percepções do mundo externo em Freud (Coelho Jr., 2016) ou, ainda, o *habitus*, definido por Bourdieu (1972/2000) como “matriz de percepções” (p. 261) e que condiciona as sensibilidades do sujeito no âmbito de um campo de potencialidades estabelecido em meio às práticas sociais são modelos pertinentes e, inclusive, carentes de estudos dirigidos aos problemas da percepção. No âmbito de pesquisas experimentais da percepção, convém sublinhar as linhas de trabalho sobre a percepção amodal. Com base em figurações de padrões bidimensionais e tridimensionais, busca-se averiguar os determinantes da continuação perceptiva das partes das figuras desprovidas de atributos sensíveis. Em meio aos debates interpretativos acerca da percepção amodal, sobressai a disposição para encarar a dimensão amodal de qualquer percepção como “uma genuína *presença perceptiva*” (Kanizsa, 1985, p. 29, grifo do autor). É proveitoso mencionar, ainda, as pesquisas de Jonathan Crary (2012, 2013) no campo dos estudos culturais. O autor põe em evidência a relação entre o conhecimento filosófico-científico acerca da percepção e da atenção e as mudanças sociais, econômicas e estéticas ocorridas ao longo do século XIX, principalmente aquelas ligadas à adaptação da percepção aos regimes de aceleração próprios ao sistema capitalista de produção e de circulação de mercadorias.

O corpo

A descrição da percepção e do mundo da intuição sensível conduz, naturalmente, à conscientização do papel do corpo no campo fenomenal e abre um importante domínio de investigações fenomenológicas atrelado à atividade perceptiva. A percepção das coisas e a percepção do corpo se refletem uma na outra (Morris, 2004). Cabe examinar como um ponto de partida simples consiste em recordar das referências que fizemos anteriormente ao corpo. Falamos da relação entre as manifestações perceptivas, os perfis das coisas e o fluxo de posições assumidas pelo corpo. As disposições corpóreas envolvem desde aquelas relativas aos movimentos mais efêmeros, como o piscar de olhos, a rotação do pescoço e do tronco, até as mais evocativas, em que fica claro o movimento de ir às coisas, aproximando-se delas, percorrendo-as, mexendo nelas e assim por diante. O próprio processo, inerente à percepção, de fixar alguma coisa, fazendo repousar o seu entorno, foi descrito, a partir de Merleau-Ponty (1945), como “movimento”. A “atividade perceptiva” – é assim que temos nos reportado à percepção – não cessa jamais. Não se trata de verificar uma dependência meramente instrumental entre percepção e ação, mas, sim, de reconhecer uma imbricação constitutiva entre elas. Os

objetos percebidos jamais se expõem completamente e, na medida dessa objetividade, posto que seus perfis pertencem à coisa mesma, exigem esforços contínuos de complementação da doação perceptiva. Pode-se constatar, por outro lado, que repousa no corpo e na sua assunção de posições, bem como no estabelecimento de ações, a dimensão propriamente subjetiva da percepção. “A face é alguma coisa de subjetivo”, afirma Husserl (1989), “é ‘minha aparição perceptiva’, que me pertence, *posto que assumo tal e tal posição em relação à coisa*” (p. 182, grifo nosso).

Mas nossas atitudes motoras, da mesma forma que os movimentos aparentes do ambiente relativos à nossa própria movimentação, não são levados em conta o tempo todo. O pulsar constante do corpo e os seus deslocamentos, discretos ou evocativos, são igualmente sacrificados. Em outras palavras, a atividade atrelada ao aparecimento dos objetos intencionais, na maior parte do tempo, não aparece ela mesma como objeto expresso de percepção, embora seja necessário admitir que o aparecimento das coisas sempre exija atividade. Nossa relação com o mundo percebido é, pois, fundada no autoapagamento do corpo (Leder, 1990). A intencionalidade perceptiva se mostra, no mais das vezes, uma atividade gnósica num mundo ambiente conhecido, repleto de coisas familiares, os instrumentos à mão, de que fala Heidegger (1927/2012). Em prol das coisas visadas e das tarefas que temos a cumprir, descuidamos da dimensão pática das nossas ocupações, do *como* da percepção. Até por isso, as coisas parecem possuir um sentido apartado da nossa visada, apresentando-se como anteriores e exteriores à nossa atividade. Merleau-Ponty (1945) se refere a isso quando afirma que o espaço corporal é “o fundo de sono ou a reserva de potência vaga sobre as quais se destacam o gesto e o seu objeto, a zona de não-ser diante da qual podem aparecer seres precisos, figuras e pontos” (p. 117). Em outros termos, o *surgimento das coisas e a precisão dos nossos atos motores* em direção a elas reclamam o obscurecimento do próprio corpo como espetáculo.

No tempo de Merleau-Ponty, o funcionamento sinérgico e articulado do corpo em favor da atenção às coisas e às ações no mundo já era estudado, no âmbito das ciências psicológicas, com base no conceito de esquema corporal. O conceito permanece válido e vem sendo definido, nas ciências cognitivas, como um sistema de funções sensório-motoras que “opera abaixo do nível da intencionalidade autorreferencial” (Gallagher, 2005, p. 26), “processos subpessoais” (Gallagher, 2005, p. 26) e automáticos envolvidos na

regulação postural e motora. Tais designações abarcam não apenas o nível experiencial do esquema corporal como sua dimensão neurológica. A Merleau-Ponty interessa, todavia, não a definição do esquema corporal como conteúdo psicológico ou neurofisiológico, como conjunto de funções, mas como expressão da potência do corpo como sistema de referência. Se, ao me mover diante da minha mesa, a perspectivação não implica mudança na forma do móvel, é porque a cena perceptiva, com suas aparências, é envolvida numa situação cinestésica, numa atitude corporal, é porque cada fase do olhar carrega meu ponto de vista sobre ele. O esquema corporal merleau-pontiano alude a esta “practognose”, à frequentação do mundo “sem ter que passar por ‘representações’” (Merleau-Ponty, 1945, p. 164).

O esquema corporal se transforma permanentemente mediante a aquisição de novas habilidades, de novos hábitos, além da utilização de instrumentos. Aprender a dançar, ou aprender uma nova coreografia, aprender a tocar violão ou a jogar tênis, aprender uma canção mais sofisticada, ou passar a jogar com adversários mais qualificados, aprender a dirigir, estes são exemplos simples que envolvem a reestruturação do esquema corporal. Importante observar a presença, nestas aquisições, da dinâmica intencional do autoapagamento corpóreo. Assimilar um novo gestual ou um novo instrumento à corporalidade implica fazê-lo passar de objeto de atenção à anonímia do corpo como fundo da práxis. O novo hábito, logo que se constitui, deixa passagem livre para a ação, permite que se tenha atenção ao objeto das ocupações, à peça musical ou ao bailado, por exemplo, e não ao controle expresso do corpo, ou à forma de se utilizar um instrumento (Weil, 1988).

É oportuno indicar a relação que se pode estabelecer, a partir da fenomenologia da percepção, entre a reorganização do esquema corporal e o desenvolvimento das capacidades perceptivas. Novos nós de significação, um novo equilíbrio intencional e novas formas de frequentação do mundo são constituídos. Em termos da relação figura-fundo, trata-se de reconhecer a instituição de novas formas de perceber fundada na reorganização sincrônica do sistema de referência corpóreo e dos sistemas de referência inscritos no campo percebido. Não se tem, simplesmente, a passagem a uma condição em que se vê mais, em que elementos outrora limitados ao papel de fundo perceptivo passam a operar como figuras, mas o estabelecimento de novos campos perceptivos baseados em parâmetros, ou sistemas de referência, originais, de modo que se

configuram novas capacidades de perceber. Dá-se, portanto, não um crescimento quantitativo daquilo que pode ser percebido, mas o acesso à vigência de uma nova relação com o mundo natural e social, uma nova estrutura de percepção, um novo estilo de contato com as coisas e com outrem e, quiçá, uma nova forma de vida (Verissimo, 2019). Merleau-Ponty é, com efeito, referência essencial na composição deste entendimento. O autor deixa claro que os objetos percebidos não se manifestam ao juízo e nem, em termos exclusivamente perceptivos, na forma de figuras separadas umas das outras, mas que, antes, “dirigem-se ao nosso poder de decifrar tacitamente o mundo ou os homens e de coexistir com eles” (Merleau-Ponty, 1996, p. 73), na medida das dimensões de experiência passíveis de ser constituídas na historicidade da existência. Essas questões alcançam uma dimensão ética, na medida em que preconizam o esforço para fazer ver a própria estrutura dos nossos laços com o mundo e com outrem, e que sugerem a preocupação com a modificação do ser do sujeito a partir da possibilidade de transformação da nossa forma de perceber. Conforme afirmamos alhures (Verissimo, 2019), “a problematização da percepção por meio de uma conversão da atenção para aquilo que a estrutura pode assentar-se como ato ético primordial” (p. 307). E continuamos: “Torna-se possível conceber os processos de transformação da percepção como a instalação de verdadeiras formas de experiência” (p. 307). Em suma, é a transformação de si, com suas implicações éticas, sociais e políticas, que pode adquirir novos instrumentos de análise mediante a fenomenologia da percepção.

A intersubjetividade

Um elemento essencial para se compreender a passagem do tema da reestruturação do esquema corporal à instituição de novas dimensões de existência, com suas implicações éticas, consiste no caráter intersubjetivo, social, da percepção. O problema da intersubjetividade diz respeito, no âmbito da percepção, ao modo como percebemos outras pessoas, ao papel do outro na constituição das nossas experiências perceptivas e à forma conjunta com que nos dirigimos ao mundo.

A descrição fenomenológica da percepção ressalta, como vimos, a manifestação das coisas mediante uma série de perfis, o que envolve a coexistência dos seus perfis ausentes, co-intencionados. Na dinâmica de um sujeito ativo, os perfis perceptivos ocultos figuram como exposições possíveis em meio à “mobilidade egóica” (Husserl, 1954/2004, p. 121). A pertinência dessas constatações não atenua sua insuficiência, na

medida em que o nosso contato com as coisas se dá num ambiente eminentemente social. A variabilidade de perfis refere-se, igualmente, às percepções possíveis no quadro de uma pluralidade de sujeitos, quer dizer, numa dimensão intersubjetiva. Para Sartre (1943/1980), ao outro não se pode apenas outorgar uma manifestação concreta e empírica; cabe conferir a ele a posição de condição da unidade e da riqueza do mundo percebido. Segundo o autor, quer estejamos sozinhos ou acompanhados, ao nos voltarmos a um objeto qualquer, tem-se presumido o outro como “camada de significações constitutivas que pertencem ao próprio objeto que considero” (Sartre, 1943/1980, p. 278). O outro participa, em outros termos, como fiador da objetividade da coisa percebida. Como isso é possível? De maneira ainda mais radical do que na incorporação de instrumentos, nossa corporalidade é suplementada através do outro (Leder, 1990). Merleau-Ponty escreve: “[...] é justamente meu corpo que percebe o corpo de outrem, e encontra nele como que um prolongamento miraculoso de suas próprias intenções [...]” (p. 406). E complementa: “[...] como as partes do meu corpo formam juntas um sistema, o corpo de outrem e o meu são um único todo, o verso e o reverso de um único fenômeno [...]” (p. 229). Cenas intersubjetivas como as que vivemos o tempo todo abrangem, desse modo, não apenas nossa perspectiva, mas, igualmente, a de outrem. No encontro, a “transcendência corpórea” (Leder, 1990, p. 94) mantém-se predominante, ou seja, os corpos permanecem em “co-transparência” (Leder, 1990, p. 95), privados de atenção focal, em proveito do envolvimento mútuo com um mundo compartilhado, que não se resume à minha perspectiva ativa sobre ele.

O que se pode chamar de “incorporação mútua” sucede desde o início da vida humana. Os psicólogos do desenvolvimento falam em “intersubjetividade primária” (Trevarthen, 1977⁴ como citado em Bimbenet, 2010, p. 101) para se referir à ação recíproca da qual bebês, desde o nascimento, são capazes de participar junto com seus cuidadores. Constata-se que atitudes e expressões daqueles que interagem com as crianças recém-nascidas são captadas imediatamente por ressonância emocional e sintonia mimética, o que possibilita situações de intensa comunicação entre bebês e seus pares (Trevarthen, Aitken, & Gratier, 2019). Mais tarde, em torno do nono mês de vida, pode-se verificar uma reorganização da percepção e da ação infantis atrelada à

⁴ Trevarthen, C. (1977). Descriptive analyses of infant communication behavior. In H. Schaffer (Org.), *Studies in mother-infant interaction: The Loch Lomond symposium* (pp.227-270). London: Academic Press.

posição que o outro ocupa no sistema de interação com o mundo. As crianças passam a lidar com os outros e com os objetos que as cercam de forma triádica, e não apenas diádica. Isso quer dizer que, ao invés de conceder atenção ora aos objetos, ora aos parceiros de interação, as crianças desenvolvem a capacidade de partilhar a intenção atencional com o outro. Se uma figura parental dirige seu olhar a um objeto qualquer, a criança começa a dirigir seu olhar ao mesmo objeto. Um pouco mais tarde, a própria criança passa a chamar a atenção dos seus parceiros de atividade para os seus objetos de interesse. Na medida, pois, em que a criança adquire a capacidade de conjugar sua atenção à de outrem, ela integra-se a uma dinâmica de orientação mútua da atenção (Citton, 2014). Na psicologia do desenvolvimento, que, desde a década de 1970, ocupa-se dessa linha de pesquisa, o fenômeno foi denominado atenção conjunta (Bruner, 1983; Tomasello, 1999). Para as psicólogas e os psicólogos especialistas no tema, a atenção conjunta é um fenômeno chave para a investigação da linguagem, da compreensão e da percepção social. Isso porque, na interação, a criança passa não apenas a conectar-se à intenção do seu parceiro, mas desenvolve um senso de mundo partilhado, campo comum de referência para as ações. Observa-se, convém anotar, que as principais interpretações e hipóteses explicativas que envolvem a questão da atenção conjunta oscilam entre um apego a um intelectualismo, reavivando, portanto, prejuízos clássicos, e o privilégio à sintonia afetiva pressuposta na percepção e ação partilhadas. Trevarthen *et al.* (2019), por exemplo, afirmam que a problematização da intersubjetividade deve partir de uma apreciação da comunicação “em termos de atividades privadas conscientes” (p. 31) e, logo depois, desenvolvem ideias referentes à sintonia afetiva das crianças com outrem desde tenra idade.

À guisa de conclusão: percepção e ética

Estes estudos, aliados às contribuições da fenomenologia, permitem que a dimensão relacional e intersubjetiva da percepção possa ser analisada frontalmente. Nossa experiência sensível envolve todo um repertório de frequentação corpórea das cenas perceptivas, nas quais se inclui, de modo essencial, a presença de outrem. Os territórios da percepção são socialmente contextualizados, de modo que as vivências perceptivas caracterizam-se como fenômenos coletivos. Minhas percepções são perpassadas pelo outro, seja no campo de uma “co-atenção presencial” (Citton, 2014, p. 127), como na atenção conjunta, seja no âmbito ampliado da experiência comunitária ou da vida em sociedade, considerada em termos gerais. Desde o

domínio da co-percepção presencial, o corpo, agente da percepção, encontra posição central. Assim como a direção do olhar de outrem, a sua fala e seus gestos de receptividade ou de recusa me fazem ver algo, dirigem a minha atenção, meus gestos também invadem e participam do seu campo de ação. Algo semelhante é válido na esfera social ampliada, em que se verifica nossa sensibilização às coisas e às pessoas a partir de “regimes atencionais coletivos” (Citton, 2014, p. 39), constituindo matrizes de percepção social.

A percepção e a atenção, considerada como percepção atenta, são, portanto, ações atravessadas por um “impulso ético” (Waldenfels, 2010). Não apenas em razão das vicissitudes do enquadramento social da percepção que permitem que nos perguntemos acerca das disposições sensíveis em jogo num determinado contexto social, presencial ou macroestrutural. O *ethos* da percepção reside, igualmente, no reconhecimento da dimensão plástica da experiência sensível. No estudo da percepção, faz-se incidir sobre a vida perceptiva uma conversão da atenção destinada a interrogar a própria percepção e os múltiplos dispositivos de percepção com os quais convivemos – como, por exemplo, os discursos, as teorias, a arquitetura, a organização urbana, as pinturas, as imagens, as telas de TV, o computador e o celular ou as *fake News* –, e que descortina seu valor processual e histórico. Pode-se conceber, então, a reorganização da percepção, no sentido que falávamos mediante as análises do esquema corporal, como instituição de formas de experiência, do que se depreende a força da transformação das nossas formas de perceber. Neste contexto, o próprio estudo da percepção adquire uma conotação ética.

Financiamento

Este trabalho é fruto de pesquisa apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

- Barbaras, R. (2009). *La perception: essai sur le sensible* (2a ed.). Paris: Vrin.
- Bimbenet, E. (2010). Pour une approche phénoménologique de l'attention conjointe. *Alter: Révue de Phénoménologie*, 18, 93-110.
- Bourdieu, P. (2000). *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Éditions du Seuil. (original publicado em 1972).
- Bruner, J. (1983). *Child's talk: learning to use language*. New York, London: Norton & Company.
- Citton, Y. (2014). *Pour une écologie de l'attention*. Paris: Éditions du Seuil.
- Coelho Jr., N. (2016). A percepção e seus destinos em Merleau-Ponty e na psicanálise freudiana. In I. Caminha & T. Nóbrega (Orgs.), *Compêndio Merleau-Ponty* (p. 313-342.). São Paulo: LiberArs.
- Collins, T. & Wyart, V. (2018). La perception visuelle. In T. Collins, D. Andler & C. Tallon-Baudry (Orgs.), *La cognition: du neurone à la société* (p. 239-269). Paris: Gallimard.
- Colonna, F. (2014). *Merleau-Ponty et le renouvellement de la métaphysique*. Paris, FR: Hermann.
- Crary, J. (2013). *Suspensões da percepção: atenção, espetáculo e cultura moderna*. (T. Montenegro, trad.). São Paulo, SP: Cosac Naify.
- Crary, J. (2012). *Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.
- Gallagher, S. (2005). *How the body shapes the mind*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Gennart, M. (2011). *Corporéité et présence: jalons pour une approche du corps dans la psychose*. Argenteuil: Le Cercle Herméneutique.
- Hatfield, G. (2012). Psicologia, filosofia e ciência cognitiva: reflexões sobre a história e a filosofia da psicologia experimental. In S. Araujo (Org.), *História e filosofia da psicologia: perspectivas contemporâneas* (p. 223-258). Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF.
- Heidegger, M. (2012). *Os problemas fundamentais da fenomenologia* (M. A. Casanova, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (original publicado em 1975).
- Heidegger, M. (2012). *Ser e tempo* (F. Castilho, trad.). Campinas, SP: Editora da Unicamp; Petrópolis, RJ:

- Editora Vozes. (original publicado em 1927).
- Husserl, E. (2004). *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendantale*. Paris: Gallimard. (original publicado em 1954).
- Husserl, E. (2002). *Leçons pour une phénoménologie de la conscience intime du temps* (H. Dussort, trad.). Paris: PUF. (original publicado em 1928).
- Husserl, E. (2001). *Idées directrices pour une phénoménologie et une philosophie phénoménologique pures* (P. Ricoeur, trad.). Paris: Gallimard. (original publicado em 1913).
- Husserl, E. (1989). *Chose et espace: leçons de 1907* (J-F Lavigne, trad.). Paris: PUF.
- Kanizsa, G. (1985). Seeing and thinking. *Acta Psychologica*, 59, 23-33.
- Koffka, K. (1975). *Princípios de Psicologia da Gestalt* (A. Cabral, trad.). São Paulo: Cultrix. (original publicado em 1935).
- Koffka, K. (1922). Perception: an introduction to the gestalt-theorie. *The Psychological Bulletin*, 19(10), 531-585.
- Leder, D. (1990). *The absent body*. Chicago / Londres: The University of Chicago Press.
- Merleau-Ponty, M. (2011). *Le monde sensible et le monde de l'expression: cours au Collège de France, notes, 1953*. Genève: Metispresses.
- Merleau-Ponty, M. (1996). *Le primat de la perception et ses conséquences philosophiques*. Lagrasse: Verdier.
- Merleau-Ponty, M. (1945). *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.
- Morris, D. (2004). *The sense of space*. Albany, NY: State University of New York Press.
- Patočka, J. (1995). *Papiers phénoménologiques*. (E. Abrans, trad.). Grenoble: Jérôme Millon.
- Piaget, J. (1964). *Six études de psychologie*. Genebra: Gonthier.
- Sartre, J-P. (1980). *L'être et le néant: essai d'ontologie phénoménologique*. Paris: Gallimard. (original publicado em 1943).
- Tomasello, M. (1999). *The cultural origins of human cognition*. Cambridge: MIT Press.
- Trevarthen, C.; Aitken, K. & Gratier, M. (2019). *O bebê: nosso professor*. São Paulo: Instituto Langage.

- Verissimo, D. (2019). *Escritos sobre a percepção: contribuições para o estudo fenomenológico da espacialidade, do corpo, da intersubjetividade e da cultura contemporânea*. Tese de Livre-docência. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP.
- Waldenfels, B. (2010). Attention suscitée et dirigée. *Alter: Revue de Phénoménologie*, 18, 33-44.
- Weil, S. (1988). *Oeuvres complètes, Tome I : Premiers écrits philosophiques*. Paris: Gallimard.
- Weizsäcker, V. (1962). *El círculo de la forma: teoría de la unidad de percepción y movimiento*. Madrid: Ediciones Morata. (original publicado em 1939).